

Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DO ÓRGÃO ESPECIAL

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada no dia 16 de outubro de 2015, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 9º andar do edifício-sede das Procuradorias de Justiça, situado na Praça Antenor Fagundes, s/nº, Centro, Rio de Janeiro (RJ).

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às onze horas e trinta e três minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 9º andar do edifício-sede das Procuradorias de Justiça, situado na Praça Antenor Fagundes, s/nº, Centro, nesta Cidade, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, reuniu-se o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos da convocação publicada no Diário Oficial de treze de outubro de dois mil e quinze, com a presença do Subcorregedor-Geral do Ministério Público, Dennis Aceti Brasil Ferreira, e dos Procuradores de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega, Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea, Ertulei Laureano Matos, Luiza Thereza Baptista de Mattos, Márcio Klang, Sérgio Bastos Vianna de Souza, Antonio Carlos Coelho dos Santos, José Antonio Leal Pereira, Alexandre Araripe Marinho, Augusto Dourado, José Roberto Paredes, Dirce Ribeiro de Abreu, Márcia Alvares Pires Rodrigues, Katia Aguiar Marques Selles Porto, Luiz Fabião Guasque, Maria Luiza de Lamare São Paulo, Walberto Fernandes de Lima, Lillian Moreira Pinho, Luciana Sapha Silveira e Sávio Renato Bittencourt Soares Silva, conforme atesta a lista subscrita em apartado. Verificada a existência de *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a sessão e submeteu à apreciação do Colegiado as atas relativas à 2ª Reunião Extraordinária e à Sessão Solene de Posse dos membros eleitos do Órgão Especial, realizadas respectivamente nos dias 18 e 25 de setembro de 2015, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade, com abstenção daqueles que não compareceram às referidas sessões. A seguir, o Presidente informou que a sessão designada para o dia 13 de novembro de 2015 fora antecipada para o dia 6 do mesmo mês, com o que anuíram todos os integrantes do Colegiado. Em seguida, passou-se ao item: **1. Posse dos Procuradores de Justiça MÁRCIA ALVARES PIRES RODRIGUES e LUIZ FABIÃO GUASQUE**, como membros eleitos do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para o biênio 2015/2017. O Presidente solicitou ao Secretário do Colegiado, Dr. Sávio Renato Bittencourt Soares Silva, que colhesse as assinaturas dos empossandos no termo de posse e fizesse a leitura do documento, procedendo-se, então, à investidura de ambos como membros eleitos do Colegiado. Na sequência, cumprimentou os referidos Procuradores de Justiça, desejando-lhes pleno êxito no exercício das funções. Concluída a posse, o Presidente passou ao item **2. PROCESSOS PARA DISTRIBUIR: 2.1. Processo MPRJ nº 2015.00257433** - Minuta de Resolução criando a 2ª Promotoria de Justiça de Guapimirim; distribuído à Procuradora de Justiça Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea. Dando sequência aos trabalhos, o Presidente anunciou a apreciação do item **3. PROCESSOS PARA RELATAR**, chamando, em primeiro lugar o item **3.4. Processo MPRJ nº 2013.01217727** - Recurso em face de decisão condenatória em procedimento disciplinar de membro de Ministério Público -, em atenção a pedido de preferência formulado pelo advogado do recorrente, Dr. Jorge Vacite Filho. Após a leitura do relatório, foi concedida a palavra ao ilustre advogado, que produziu sustentação oral, no prazo regimental. Em prosseguimento, o Procurador de Justiça Antonio Carlos Coelho dos Santos, relator do feito, votou no sentido do desprovetimento do recurso, tendo sido acompanhado pelos Procuradores de Justiça Sérgio Bastos Vianna de Souza, revisor do procedimento, Luiza Thereza Baptista de Mattos, Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea, Carlos Antônio da Silva Navega, Sávio Renato Bittencourt Soares Silva, Luciana Sapha Silveira, Lillian Moreira Pinho, Walberto Fernandes de Lima, Maria Luiza de Lamare São Paulo, Luiz Fabião Guasque, Dirce Ribeiro de Abreu, José Roberto Paredes, Augusto Dourado, Alexandre Araripe Marinho, José Antônio Leal Pereira e pelo Presidente, Marfan Martins Vieira. Em sentido contrário, pelo provimento do recurso, votaram os Procuradores de Justiça Márcio Klang, Ertulei Laureano Matos e Katia Aguiar Marques Selles Porto. Os Subcorregedores-Gerais Dennis Aceti Brasil Ferreira e Márcia Alvares Pires Rodrigues, deixaram de votar, em razão de impedimento. O Presidente proclamou o resultado, alcançado por maioria, no sentido do desprovetimento do recurso. **3.1. Processo MPRJ nº 2015.00736447** - Minuta de Resolução alterando as atribuições das Promotorias de Justiça junto às Câmaras Criminais, em razão da publicação da Resolução TJ/TP/RJ nº 01/2015, que extinguiu a Seção Criminal do TJRJ. O Presidente informou que a proposição havia sido previamente discutida com todos os Procuradores de Justiça em atuação junto às Câmaras Criminais e respondeu a diversos questionamentos formulados pelos integrantes do Colegiado. Na sequência, passou a palavra ao Dr. Ertulei Laureano Matos, relator do feito, que solicitou e obteve dispensa da leitura do relatório, eis que distribuído previamente a todos, e proferiu seu voto no sentido da aprovação da minuta em comento, tendo sido acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado, com abstenção dos Procuradores de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega e José Roberto Paredes, que se declararam suspeitos, já que se tratava de redistribuição de atribuições originalmente pertencentes aos seus extintos órgãos de execução. O Presidente anunciou a aprovação unânime da minuta de Resolução, nos termos do voto do relator. **3.2. Processo MPRJ nº 2015.00228899** - Minuta de Resolução criando a Promotoria de Justiça junto ao Juizado Especial Adjunto Criminal de Resende e de Investigação Penal de Resende, Itaitia e Porto Real e Quatis. Dispensada a leitura do relatório, eis que distribuído previamente a todos, o Dr. Sávio Renato Bittencourt Soares Silva, relator do feito, votou no sentido da aprovação da minuta em comento, tendo sido acompanhado pelos Procuradores de Justiça Luciana Sapha Silveira, Lillian Moreira Pinho, Walberto Fernandes de Lima, Alexandre Araripe Marinho, José Antonio Leal Pereira, Antonio Carlos Coelho dos Santos, Ertulei Laureano Matos, e pelo Presidente, Marfan Martins Vieira. O julgamento foi suspenso, em virtude do pedido de vista formulado pela Dra. Márcia Alvares Pires Rodrigues. O Subcorregedor-Geral do Ministério Público, Dennis Aceti Brasil Ferreira, e os Procuradores de Justiça Maria Luiza de Lamare São Paulo, Luiz Fabião Guasque, Katia Aguiar Marques Selles Porto, Dirce Ribeiro de Abreu, José Roberto Paredes, Augusto Dourado, Sérgio Bastos Vianna de Souza, Márcio Klang, Luiza Thereza Baptista de Mattos, Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea e Carlos Antônio da Silva Navega decidiram aguardar o voto vista. **3.3. Processo MPRJ nº 2013.00136553** - Minuta de Resolução criando as 1ª, 2ª e 3ª Procuradorias de Justiça junto à 21ª Câmara Cível. Dispensada a leitura do relatório, eis que distribuído previamente a todos, o Dr. Carlos Antônio da Silva Navega, relator do feito, proferiu voto no sentido da aprovação da minuta em comento, tendo sido acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado. O Presidente anunciou a aprovação unânime da minuta de Resolução, nos termos do voto do relator e esclareceu que, tão logo se faça necessária a criação da 4ª Procuradoria de Justiça junto à 21ª Câmara Cível, em decorrência de aumento do número de processos, já que se trata de Órgão Judiciário de criação recente e sem acervo cartório, encaminhará ao Órgão Especial proposta nesse sentido. Por fim, o Presidente passou ao último item da pauta **4. ASSUNTOS GERAIS**: O Procurador de Justiça Carlos Antônio da Silva Navega indagou se o Tribunal de Justiça havia encaminhado mensagem à Assembleia Legislativa para aumento salarial de seus servidores, tendo o Procurador-Geral de Justiça informado que, até aquele momento, não havia qualquer manifestação formal do Poder Judiciário nesse sentido. Assegurou, contudo, que agiria de maneira idêntica, caso aquela Corte efetivamente enviasse ao Legislativo proposta de reajuste salarial para seus funcionários. Em seguida, anunciou que havia majorado os valores dos auxílios educação, saúde e transporte dos servidores do Ministério Público, para minorar as consequências da falta de reajuste salarial. Anunciou, ainda, a necessidade de realização de concurso público para servidores, informando que o projeto de criação de cargos para o Quadro de Serviços Auxiliares está paralisado na ALERJ, em função da crise por que passa o Estado. Na sequência, o Dr. José Antônio Leal Pereira indagou sobre o andamento dos estudos destinados a flexibilização do registro da frequência dos servidores, tendo o Presidente informado que o trabalho da comissão constituída para tal finalidade está em pleno andamento e, em breve, estará concluído. A Drª Katia Aguiar Marques Selles Porto registrou que a participação dos membros do Órgão Especial indicados para integrar a referida comissão deve limitar-se ao exame das questões relacionadas aos analistas processuais, encarecendo rapidez na solução das questões afetas a esse segmento dos serviços auxiliares da Casa. Por fim, a Drª Lillian Moreira Pinho solicitou que fossem encaminhadas, antecipadamente, todas as informações relativas aos procedimentos disciplinares, de forma detalhada, a fim de subsidiar o julgamento dos processos respectivos, tendo o Presidente solicitado aos relatores que indiquem à secretaria as peças que devem ser remetidas aos demais membros do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às quinze horas e vinte e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata pelo Secretário do Colegiado, Sávio Renato Bittencourt Soares Silva, que a subscreve juntamente com o Presidente, ficando consignado que os Procuradores de Justiça Dalva Pieri Nunes e Fernando Chaves da Costa não compareceram à reunião por motivo justificado, assim como os Drs. Hugo Jerke, Adolfo Borges Filho e Joel Tovil, que se encontravam em gozo de férias. **(Aprovada na sessão do dia 06 de novembro de 2015)**

MARFAN MARTINS VIEIRA
(Presidente)

SÁVIO RENATO BITTENCOURT SOARES SILVA
(Membro e Secretário)

Id: 1908549

Avisos, Editais e Termos de Contratos

Procuradoria-Geral de Justiça

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CONTRATO. Processo Administrativo MPRJ nº 2015.00154746. PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e DIBOÁ COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de escritório (resma de papel A3 e A4 para impressora a jato de tinta e laser) destinados ao atendimento das necessidades do MPRJ, em conformidade com as especificações constantes do lote 02 do edital do Pregão Eletrônico nº 042/2015.

FUNDAMENTO: Art. 2º, §1º, da Lei nº 10.520/2002. VALOR REGISTRADO POR UNIDADE: Itens: 2.1 - R\$ 21,74; e 2.2 - R\$ 9,77.

PRAZO: 01 (um) ano. DATA: 03.11.2015.

INSTRUMENTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CONTRATO. Processo Administrativo MPRJ nº 2015.00154746. PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e J.G. DA FONSECA FILHO COMERCIO ME.

OBJETO: Aquisição de materiais de escritório (elástico para prender processos) destinados ao atendimento das necessidades do MPRJ, em conformidade com as especificações constantes do lote 04 do edital do Pregão Eletrônico nº 042/2015.

FUNDAMENTO: Art. 2º, §1º, da Lei nº 10.520/2002. VALOR REGISTRADO POR UNIDADE: Item: 4.1 - R\$ 0,59.

PRAZO: 01 (um) ano. DATA: 03.11.2015.

Id: 1908550

AVISOS

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO AVISAM aos candidatos abaixo relacionados que deverão comparecer à sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Av. Marechal Câmara, 350, 3º andar, Diretoria de Recursos Humanos, no dia e horário abaixo indicados, **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO**.

Os candidatos deverão apresentar, na ocasião, os seguintes documentos originais e cópias simples (não autenticadas): carteira de identidade (Secretaria de Segurança Pública ou Identidade Militar), CPF; comprovante de inscrição no PIS/PASEP, certidão de nascimento ou casamento, declaração de união estável, certidão de nascimento do(s) filho(s), cópia do CPF do cônjuge ou companheiro e do(s) filho(s), título de eleitor, comprovante da última eleição ou certidão de quitação eleitoral, certificado de reservista, cópia da declaração de bens relativa ao último exercício fiscal com recibo de envio à Receita Federal, comprovante de residência, comprovante de escolaridade exigida para o cargo, três fotos 3x4, recentes e coloridas, e currículo atualizado.

Os servidores que ingressarem no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a partir de 04/09/2013 estarão sujeitos ao regime de previdência disciplinado pela Lei Estadual nº 6.243, de 21 de maio de 2012.

VAGA DE AMPLA CONCORRÊNCIA

Dia: 10 de novembro de 2015

Horário: 13h

Técnico do Ministério Público - Área: Administrativa

DIEGO RODRIGUES PRIMO - 556º LUGAR
HAYANA JAPPONI BAZILIO - 558º LUGAR

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO AVISAM que o nome do candidato abaixo relacionado não constará na relação de vagas de ampla concorrência em razão de já ter sido convocado nas vagas reservadas.

Técnico do Ministério Público - Área: Administrativa
Vaga Reservada a Negros e Índios

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	Ampla concorrência	Vaga Reservada
THIAGO BOLACIO RODRIGUES	557º lugar	46º lugar

Id: 1908551

Corregedoria-Geral do Ministério Público

AVISO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMUNICA aos Promotores de Justiça o cronograma de correções ordinárias em órgãos de execução das comarcas da capital e do interior marcadas para os meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016:

Promotoria de Justiça de Casimiro de Abreu	03/12/2015
GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Designação)	09/12/2015
COESF - Coordenadoria de Combate a Sonegação Fiscal (Designação)	16/12/2015
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Iguaçu	13/01/2016
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Iguaçu	
3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Iguaçu	
4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Iguaçu	
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Região Metropolitana I - Sede em Núcleo Nova Iguaçu	
Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa Portadora com Deficiência do Núcleo Nova Iguaçu	
1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Iguaçu	19/01/2016
2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Iguaçu	
3ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Iguaçu	
1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Iguaçu	
2ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Iguaçu	
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Nova Iguaçu	27/01/2016
Promotoria de Justiça de Paracambi	03 e 04/02/2016
Promotoria de Justiça de Cambuci	
Promotoria de Justiça Criminal de Santo Antônio de Pádua	
Promotoria de Justiça Cível de Santo Antônio de Pádua	
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Santo Antônio de Pádua	
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Santo Antônio de Pádua	
1ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	17 e 18/02/2015
2ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
3ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
5ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
6ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
7ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
8ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
9ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
10ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
11ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
12ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
13ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital	
1ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Capital	24/02/2016
2ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Capital	
3ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Capital	
4ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Capital	
5ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Capital	

(Aviso Corregedoria-Geral nº 73/2015)

Id: 1908553

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

AVISO

O CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL, o CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DA CIDADANIA e o CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO CONVIDAM os membros e servidores do Ministério Público, bem como magistrados, defensores públicos, advogados, estudantes de Direito e demais interessados, para participarem do seminário **"O Olhar Ministerial sobre a Questão Racial"**, a realizar-se no dia 13 de novembro de 2015, das 9h15min às 17h, no auditório do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Av. Marechal Câmara, nº 370, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), conforme programação abaixo.

Data/Horário	Temas / Palestrantes
13/11/2015 Sexta-feira	
9h15min	Abertura
10h às 12h15min	1ª PAINEL - As mulheres negras sofrem mais com a violência doméstica? Um estudo sob o olhar e a análise dos dados estatísticos e sob a ótica social
	Coordenadora da mesa: Lucia Ilóizio Barros Bastos - Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher
	Apresentação de dados estatísticos Andréia Soares Pinto - Pesquisadora do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
	A visão do movimento social Lucia Xavier - Coordenadora da Organização de Mulheres Negras/CRIOLA
14h às 15h50min	2ª PAINEL - A luta pela efetivação de direitos: caminhos para a plena emancipação social dos negros
	Coordenadora da mesa: Patrícia do Couto Villela - Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania
14h	Apresentação cultural - Orquestra do Afro Reggae
14h15min	A inclusão social mediante ações afirmativas Luciana de Souza Ramos - Secretária Substituta de Políticas de Ações Afirmativas
14h45min	A visão do Supremo Tribunal Federal sobre ações afirmativas Irapuá Santana do Nascimento da Silva - Assessor do Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal, mestre em Direito Processual pela UERJ
15h15min	O medo como fator de exclusão social Antonio Carlos Fontes dos Santos - membro da Educafro/Rio
15h45min	Apresentação da campanha do MPRJ: "Chega de Medo, Chega de Preconceito" Patrícia do Couto Villela - Promotora de Justiça, Coordenadora do CAO Cidadania
	3ª PAINEL - Acesso à educação
	Coordenadora da mesa: Débora da Silva Vicente - Promotora de Justiça, Subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Educação
16h	Avanços e desafios do acesso da população negra e afrodescendente às políticas públicas educacionais Joana Raphael - membro do Educafro/Rio
16h30min	Perspectivas de atuação do Ministério Público brasileiro na implementação da Lei 10.639/03 Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa - Procuradora de Justiça, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público do Estado de Pernambuco/GT-MPPE e coordenadora do GT4 da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público/DDF-CNMP

Serão concedidas 7 (sete) horas OAB aos participantes (tempo integral). Informações adicionais poderão ser obtidas pelos telefones (21) 2550-9060 e 2550-9059. As inscrições deverão ser efetuadas pelo endereço eletrônico ceaf.eventos@mprj.mp.br

Id: 1908554